

Incidentes marcam o início da votação dos relatórios

Foto: Lula Marques



Trabalhadores rurais fazem manifestação no saguão do Congresso Nacional em defesa da reforma agrária; no destaque, agricultores gaúchos



Sindicalistas rurais (esq.) trocam empurrões e tapas com militantes da União Democrática Ruralista (UDR)



Trabalhadores rurais empunham cartazes contra o governo Sarney e a favor da reforma agrária no Congresso

Em clima de forte tensão, o Congresso constituinte iniciou ontem a fase de votação dos relatórios das oito comissões temáticas, que serão encaminhados segunda-feira à Comissão de Sistematização e, posteriormente, à decisão final em plenário. Cerca de duas mil pessoas, representando os mais variados interesses, lotavam ontem as dependências do Congresso Nacional. Em vários momentos, a hostilidade entre grupos antagônicos provocou incidentes que por pouco não se transformaram em conflito generalizado.

O incidente mais grave ocorreu por volta das 15h30, quando cerca de mil trabalhadores rurais e 250 integrantes da UDR (União Democrática Ruralista) passaram a disputar, aos empurrões e ofensas, a ocupação do espaço nos salões Azul e Verde do Congresso. Trabalhadores rurais e fazendeiros vieram a Brasília para pressionar os 63 constituintes que integram a Comissão da Ordem Econômica, que vai definir os princípios para a reforma agrária na nova Constituição.

O início de confronto ocorreu quando um grupo de trabalhadores rurais quis passar no Salão Verde (da Câmara) para o contíguo Salão Azul (do Senado), e foi impedido pela UDR. Imediatamente se formou uma aglomeração e o empurra-empurra entre os dois grupos. De um lado os trabalhadores gritavam "UDR assassina", numa alusão ao assassinato, ontem, no Pará, do advogado Paulo Fontelles, ligado aos sindicatos de trabalhadores rurais. Do outro, os fazendeiros respondiam: "Lugar de comunista é no xadrez". Como o número de trabalhadores rurais era maior, eles conseguiram furar o bloqueio da UDR e ocupar parte do salão do Senado. Houve casos de troca de tapas e três sindicalistas acabaram sendo atendidos pelo serviço médico da Câmara, por agressão. Tanto os representantes dos trabalhadores rurais (organizados pela Contag, CUT e CGT) como os fazendeiros não pretendem sair de Brasília enquanto durar a votação na Comissão da Ordem Econômica.

Outras comissões também sofreram pressões. Todas elas funcionaram ontem com as salas completamente lotadas por grupos da cidadania e representantes de "lobbies". Havia de tudo no Congresso constituinte: empresários, sindicalistas, militares cassados durante o regime militar, proprietários de escolas, estudantes, farmacêuticos, dentistas, ecologistas, comerciários, bancários, aeronautas com uniformes de suas empresas, freiras, padres, pastores, crianças e empregados domésticos — entre outros grupos mobilizados para defender seus interesses específicos na nova Constituição.

Essa movimentação tem preocupado o serviço de segurança do Congresso.

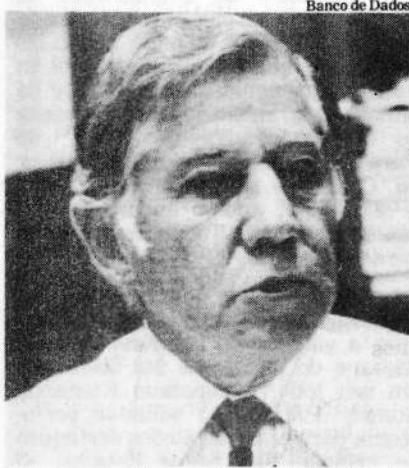
Ordem Econômica

Conservadores rejeitarão propostas do relator

Um verdadeiro rolo compressor montado por um grupo de 34 constituintes de tendência "conservadora" vai impor todas as suas posições na Comissão da Ordem Econômica, rejeitando as propostas do senador Severo Gomes (PMDB-SP), de centro-esquerda, relator da comissão. Esse grupo, liderado pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), de centro-direita, membro da Comissão Executiva Nacional do partido, possui maioria absoluta na comissão (composta por 63 membros).

Esses constituintes pretendem aprovar uma Constituição com expressiva redução do papel do Estado na economia e uma reforma agrária que não atinja as terras produtivas, permitindo aos seus proprietários o recurso ao Judiciário nos casos de desapropriação.

O mecanismo articulado pelos 34 constituintes é regimental. Baseia-se numa interpretação do regimento do Congresso constituinte feita, há dez dias, pelo presidente da comissão, deputado José Lins (PFL-CE), centro-direita, de que o parecer final do relator pode sofrer emendas substitutivas em cada artigo ou em cada capítulo, mas não no relatório como um todo. A tática do grupo liderado por Cardoso Alves é a seguinte: três constituintes integrantes do grupo "conservador" vão apresentar, cada um deles, um substitutivo diferente, a fim de alterar completamente a redação dos três capítulos tratados na comissão (os princípios gerais, a



O senador Severo Gomes (PMDB-SP)

questão urbana e os transportes e a questão agrária).

Essa fórmula está sendo posta em prática para contornar o que Cardoso Alves classificou como sendo "pontos intransponíveis" do projeto do senador Severo Gomes. Caso o grupo optasse por votar artigo por artigo e os destaques propostos, correriam o risco de ver passar algumas propostas contrárias ao seu interesse. Por isso, resolveram mudar todo o relatório de Severo Gomes.

Segundo Cardoso Alves, outro motivo que determinou esse caminho ao grupo foi a impossibilidade de serem apresentadas emendas ao relatório até o final do prazo — na quinta-feira —, quando o relatório ainda não era conhecido.

"Examinamos todas as possibilidades de entendimento com o relator, as lideranças dos partidos e grupos, e houve pontos intransponíveis", disse, acrescentando que "não queremos reforma agrária em terras produtivas, não queremos a imissão de posse imediata sem que haja recurso ao poder Judiciário e não queremos a filosofia estatizante que prevalece no relatório final".

O substitutivo sobre os "Princípios Gerais da Ordem Econômica" foi apresentado pelo senador Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), de direita: Segundo sua proposta, é considerada empresa nacional a que tiver seu controle de capital, "em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, ou por entidades de direito público interno".

A proposta de Severo Gomes dizia que o título de empresa brasileira ou nacional caberia as que tivessem "sua administração sediada no país e o controle de capital e de capital pertença a brasileiros".

O monopólio da União do petróleo foi mantido na proposta de Irapuan Costa Júnior, com a retirada do monopólio sobre a importação, como queria Severo Gomes.

O substitutivo do deputado José Ulisses (PMDB-MG), sobre reforma urbana, estende de três para cinco anos o usucapião em área urbana e elimina a participação da comunidade na formulação de leis sobre o solo urbano municipal.

Conservadores devem vencer na reforma agrária

A última versão do relatório do senador Severo Gomes (PMDB-SP), relator da Comissão da Ordem Econômica, desagradou tanto aos "conservadores" quanto aos "progressistas", no capítulo referente à questão agrária. Para os "conservadores", Severo Gomes formulou uma proposta estatizante que desconhece o direito de propriedade. Já no entendimento dos "progressistas" o substitutivo não assegura nenhum mecanismo que viabilize a implantação do processo de reforma agrária, ressalvado a determinação da posse imediata pela União nos imóveis desapropriados.

Segundo o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), de esquerda, o relatório de Severo "apresentou um ligeiríssimo avanço ao garantir a posse automática". O deputado Aldo Arantes (PC do B-GO), esquerda, afirma que somente este aspecto foi contemplado por Severo Gomes, não acrescentando nada que atenda

às reivindicações dos trabalhadores rurais. Entretanto, para o deputado Virgílio Galassi (PDS-MG), de direita, o relatório de Severo Gomes, revelou-se "péssimo, radical e estatizante".

O peemedebista baiano Jorge Vianna considerou o documento "faccioso e tendencioso", principalmente ao retomar à polémica questão do limite máximo da propriedade. Severo Gomes propôs que a legislação ordinária fixe o limite regional da propriedade e faça "a justa distribuição" da terra. Jorge Vianna disse ainda que o relatório era "parcimônio" ao reconhecer o direito de usucapião em apenas 50 hectares.

Apesar de rejeitar o anteprojeto de Severo Gomes antes mesmo do início da votação, a ala "conservadora" já tinha preparado um esquema para derrubá-lo e substituí-lo por emenda elaborada por Jorge Vianna e que contou com a adesão de 32 outros constituintes. Pela proposição do

constituinte baiano nenhuma das seguintes teses defendidas pelos trabalhadores serão atendidas: limite máximo da propriedade, posse automática pela União do imóvel desapropriado, indenização da terra considerando o valor tributado e limitação do tamanho da propriedade de estrangeiros.

Tanto trabalhadores rurais quanto a ala "progressista" da Comissão, antes do começo da votação do anteprojeto de Severo Gomes, marcada para as 20h30min, tinham certeza de não conseguiriam nenhuma vitória. Esta previsão foi feita ontem, à noite, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), onde mais de 900 trabalhadores e mais de dez constituintes, entre eles os peemedebistas Benedito Monteiro (PA), Antero de Barros (MT), Vicente Bogo (RS), reuniram-se e concluíram que "a reforma agrária não tem chances nesta Constituinte".

Família

Pefelista vai substituir deputado do PC do B

O PFL, o segundo maior partido do país, sofreu ontem sua primeira derrota para o pequeno PC do B. O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, tentou inutilmente, com apoio de sua bancada na comissão da Família, Educação, Ciência, Tecnologia e Comunicação, tirar o deputado Pedro Canedo, do seu próprio partido, da comissão. Canedo, com a aprovação do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, acabou indicado para uma vaga vazia do PC do B pelo deputado Aldo Arantes (PC do B-GO). Canedo foi vice-presidente da subcomissão da Educação, Cultura e Esportes e vota com os "progressistas".

"Venceu o PFL do B", ironizou o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF), quando Aldo Arantes anunciou a decisão de Ulysses, após mais de 5h de acirradas discussões na comissão. Cercado por constituintes do PMDB, Canedo se posicionou duramente contra a decisão de seu partido: "Como constituinte eleito legitimamente pelo povo, não concordo em sair desta comissão. Fui cassado e não sairei do plenário desta comissão". As discussões atrasaram o início da votação. Até às 20h os constituintes ainda não haviam conseguido votar o substitutivo do relator Arthur da Távola (PMDB-RJ), que recebeu 747 pedidos de destaque.

José Lourenço, para tirar Canedo da comissão, sustentou que seu partido tinha um parlamentar a mais do que permitia o acordo de proporcionalidade entre os partidos.

A PRESENÇA NAS COMISSÕES

Soberania e Direitos do Homem		Organização do Estado	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
64	0	58	5
Sistema de Governo		Organização Eleitoral	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
63	0	63	0
Ordem Econômica		Ordem Social	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
63	0	63	0
Família, Educação e Cultura		Sistema Tributário e Finanças	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
63	0	63	0